



Abertura

Olhares da antropologia brasileira sobre África: pesquisas e desafios.

Organização de
Ana Carolina de Oliveira Costa ¹
e Chirley Rodrigues Mendes ²

1 Professora e pesquisadora. Email: carolantrop2014@gmail.com. Université du Québec à Montréal. <http://lattes.cnpq.br/4203896438144859>. <https://orcid.org/0000-0002-8804-810X>

2 Professora e pesquisadora. Email: chirley13mendes@gmail.com. Universidade Federal do Norte do Tocantins. <http://lattes.cnpq.br/2122024014457136>. <https://orcid.org/0000-0002-3193-2025>

Resumo

Este dossiê pretende discutir os principais desafios para pesquisar África no Brasil, especialmente em relação às temáticas de pesquisa que aqui se consolidaram, à visão do Brasil sobre o continente africano, às condições financeiras para a realização das pesquisas e aos tensionamentos) envolvidos no exercício de “estar aqui e estar lá” (Geertz, 1998). A ideia de realizar este dossiê decorreu de observações feitas ao longo dos últimos anos acerca da produção sobre África no Brasil, a qual continua profundamente atrelada àquela estabelecida desde as origens dos estudos africanos no Brasil. Isto é, nomeadamente, a agenda afro-brasileira voltada para a compreensão dos processos sócio-históricos e culturais brasileiros a partir de uma África, sobretudo, pré-colonial e colonial. Outro fator que motivou a elaboração deste dossiê foi a pouca interlocução entre pesquisadores do sudeste e do nordeste do país, que têm pesquisado contextos africanos, cuja dinâmica reproduz a lógica de centro e periferia que marca a geopolítica nacional de produção.

Palavras-chave: Estudos Africanos no Brasil; agenda de pesquisa; produção de conhecimento; redes de pesquisa; disparidades regionais.

Agenda de pesquisa sobre África ou agenda afro-brasileira?

Não há dúvidas de que a proximidade política entre o governo Lula (2003–2011) e os países africanos, incentivou e permitiu que o campo de pesquisa sobre África no Brasil fosse ampliado. A política externa dos primeiros dois mandatos de Lula marcou o nascimento de uma política de cooperação sul-sul, cujo intuito era promover uma cooperação solidária. Esta cooperação objetivava colocar o Brasil como protagonista internacional do sul global, como assinala Fernández (2017). Até 2013, foram abertas trinta e oito embaixadas brasileiras no continente africano, sendo duas delas fechadas em 2020, a de Serra Leoa e da Libéria¹, durante o governo de Bolsonaro. Em abril de 2024, apesar dos dis-

¹ Vale sublinhar que há uma grande controvérsia na obra *The Myth of the Negro Past* de Herskovits, ao argumentar que os afro-americanos, apesar da escravização, mantiveram os traços de suas culturas africanas. Isso serviu tanto para sustentar seu argumento de unidade racial quanto para defender os argumentos dos segregacionistas raciais que alegavam

cursos de reaproximação com o continente africano, o governo Lula convocou dois diplomatas brasileiros, que estavam no Mali e em Lesoto, a retornarem ao Brasil, em função da cúpula do G-20, que acontecerá ainda este ano, da reunião dos Brics e da COP-30, que ocorrerão em 2025².

Na esteira dessas políticas de cooperação, os primeiros dois mandatos de Lula conciliaram as demandas da política internacional com aquelas oriundas dos movimentos negros, notadamente, a de promover uma aproximação entre o Brasil e os países africanos como formas de reparação pela escravização. Para estes movimentos, o intuito desta aproximação era pensar e reconstruir os laços culturais entre os dois continentes, desfeitos pela escravização. De alguma forma, o movimento negro brasileiro é herdeiro de uma versão culturalista dos estudos de Arthur Ramos (1941), Edson Carneiro (1937), Manuel Querino (1955), Pierre Verger (2021), Roger Bastide (1996), entre outros, que entendiam África e Brasil como um *continuum* sócio-cultural e histórico. Assim, pensar África seria, igualmente, pensar a unidade sócio-cultural da diáspora ao redor da questão racial. Deste modo, a África que habita o imaginário brasileiro oscila entre a memória traumática do período escravagista e o saudosismo do período pré-colonial. Nesta demanda por uma aproximação com o continente, o entendimento de uma África contemporânea permaneceu desbotado em função da reconstrução dos laços rompidos pela escravização.

Podemos observar que as temáticas privilegiadas nos estudos, de uma grande quantidade de grupos de pesquisas, continuam incrustadas na intersecção Brasil-África a partir das relações afro-brasileiras e das contribuições das culturas africanas para a história e cultura negra brasileira. Esta constatação, já havia sido feita por Sansone (2002), há 22 anos, quando sugeriu que os estudos africanos no Brasil se constituíram a partir de uma profunda conexão com os estudos afro-brasileiros. Esta ênfase, tal como afirmado anteriormente, pode ser entendida como herdada dos primeiros centros de pesquisas brasileiros voltados para África, a partir da década de 1960, onde a valorização e a compreensão das culturas, religiões, línguas e identidades negras e africanas constituíam um único campo de pesquisa (SCHLICKMANN, 2015), denominado de “africanos no

a incapacidade de interação de negros na sociedade norte-americana.

2 Há uma dificuldade em identificar as redes de pesquisas estabelecidas tomando apenas as informações do Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil devido ao não preenchimento do campo « Participação em redes de pesquisa » em muitos dos grupos cadastrados.

Brasil”. Apesar de um aumento vertiginoso de 500% no número de monografias produzidas no Brasil que versavam sobre África, entre 1992 e 2012, os estudos africanos brasileiros ainda se desenvolvem, em grande medida, a partir dos debates sobre relações étnico-raciais brasileiras, religião e continuidade cultural, como assinala Santos (2012). Aqui, não estamos desconsiderando ou minimizando a importância dessa agenda de pesquisa para os estudos sobre África no Brasil, sobre história da África e para os estudos afro-brasileiros. O que argumentamos é que a colonização, a escravização, o período pré-colonial são uma parte da história do continente africano e tópicos de pesquisa possíveis dentre outros tantos, mas uma agenda de pesquisa focada em grande medida nesses tópicos não consegue abarcar a contemporaneidade africana e tem limitado a diversificação dos eixos temáticos de pesquisa.

Percebemos que entre os desafios para ampliação dessa agenda de pesquisa está a inserção de África nas questões contemporâneas num cenário global, visto que, como argumenta Mama (2010), o continente africano foi excluído dos debates sobre globalização, e as contribuições africanas nos campos de pensar sobre Estado, capitalismo, etc., ainda permanecem invisibilizadas. Quando abordadas, as problematizações sobre essas temáticas voltavam-se para pensar estados e economias africanas como erráticas (BAYART *et al.* 1997). Para Mama, as pesquisas sobre o continente precisam ser financiadas pelos estados africanos, pois, somente assim, haveria uma possibilidade de desenvolver novas agendas de pesquisa, nas quais o continente africano e as questões pautadas por seus pesquisadores poderiam produzir conhecimentos alternativos aos hegemônicos. A ética nas práticas de pesquisa sobre/em África, para a autora, reside no fato de os pesquisadores e suas pesquisas se colocarem como responsáveis por promover a liberdade, a integridade e a autonomia social do continente e de seus povos. Por isso, não existe uma ética intelectual universal que consiga promover o bem-estar, a desmarginalização e a desopressão de toda e qualquer população, pois tal ética somente pode ser moldada diante dos contextos, dos conflitos históricos e regionais que atingem cada população. Ética em pesquisar África significa, para Mama (*op.cit.*), responsabilidade social.

Responsabilidade social, todavia, não deve ser entendida como uma defesa para que as temáticas de pesquisas em contextos africanos sejam tratadas como questões exclusivas das realidades africanas ou como fatos que somente são produzidos neste continente, por serem delimitados geograficamente. Pois,

defender esta perspectiva seria defender pressupostos funcional-estruturalistas que estabeleceram outrora que África era um *lócus* privilegiado para se fazer pesquisa, por ser um “mundo fora do mundo”. Isto é, marcado pela atemporalidade (MAFEJE, 1971; EVANS-PRITCHARD, 1966), pelo apego ao tradicional, pelo rechaço à modernidade e pela incapacidade de autogestão dos sujeitos (MBEMBE, 2011), dentre outros. A responsabilidade social, tampouco, deve ser entendida como contrária às perspectivas comparadas entre localidades geográficas distintas. Para que a ética na produção de estudos africanos esteja na base das práticas de pesquisa (MAMA, 2010), é necessário superarmos a lógica colonial de África como problema de pesquisa em favor de uma prática investigativa que foque em problemáticas sócio-culturais, políticas e econômicas compartilhadas por outras localidades no cenário global. Desconsiderar as análises comparativas reificaria o discurso de que problemáticas africanas seriam circunscritas a determinadas localidades ou intrínsecas a modos de vida particulares, reforçando assim a perspectiva de que o continente não compartilharia das dinâmicas econômicas, políticas, sociais e ambientais globais.

Como tentativa de refletir sobre esta ética na pesquisa, olhamos para o campo de estudos africanos no Brasil e constatamos que ele ainda é constituído, majoritariamente, por demandas oriundas de uma aproximação sócio-cultural e histórica baseada na unidade racial³. Demandas essas que consideramos operarem em detrimento tanto das abordagens das questões internas ao continente quanto das questões pautadas pela própria intelectualidade africana. Estes movimentos terminam por invisibilizar uma imagem de África como um “mundo dentro do mundo”, cuja inserção nas dinâmicas globais e contemporâneas não precisam, necessariamente, passar pela problemática da colonização, da escravidão e da raça. Ao manter a agenda de pesquisa africana vinculada apenas às necessidades e questões da afro-brasilidade, reduzimos consideravelmente o potencial de produzir conhecimento que seja igualmente relevante tanto aqui quanto para as distintas comunidades africanas.

Cabe notar que, embora a crítica seja dirigida para a área de estudos africanos no Brasil, a lógica de produção de conhecimento sobre África nos Estados Unidos e Canadá, mais do que na Europa, também está orientada pela ideia de unidade racial. Basta uma breve olhada na constituição das linhas de pesquisas

3 Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2023/08/31/onde-ficam-e-quantas-sao-as-embaxadas-brasileiras-no-exterior>. Acesso em 30 de maio de 2024.

dos departamentos norte-americanos e canadenses, onde os estudos afro-americanos figuram junto aos estudos africanos. Os nomes dos programas e departamentos são um bom indicativo deste aspecto, pois, na maioria dos casos, são nomeados por *African and Black Studies*⁴ ou *African and African American Studies*⁵. Com isso, estamos aventando que a grande influência de Herskovits⁶, no desenvolvimento do campo de estudos africanos nos Estados Unidos (1941)⁷ impactou a estruturação deste campo no Brasil, sobretudo por ter influenciado fortemente a obra de Arthur Ramos. Este, que ao se aproximar da perspectiva culturalista, contribuiu para determinados avanços, como a adoção da perspectiva de que os estudos africanos no Brasil deveriam pensar sobre o negro brasileiro dentro do projeto de nação modernista (ZAMPARONI, 2005).

Entretanto, Herskovits não foi o único a influenciar o campo de estudos africanos no Brasil. É importante assinalar as influências do pan-africanismo em solo brasileiro, sobretudo daquelas vindas dos Estados Unidos, como modelos para o projeto de inclusão social de negros no Brasil. Francisco (2010), em sua pesquisa sobre o jornal “O Clarim da Alvorada” argumenta que a criação de jornais negros⁸, que defendiam uma aproximação dos negros brasileiros com os africanos e com os estadunidenses, não tinham o interesse de promover uma aproximação de fato com o continente africano, mas de “demonstrar aos leitores como na sociedade norte-americana os negros haviam feito progressos” em termos sócio-econômicos. Ele argumenta que “os negros do continente negro, e de outras partes do mundo, tinham a mesma ‘capacidade intelectual e moral

4 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/01/29/brasil-dara-perspectiva-de-inclusao-ao-g20-e-cop-30-diz-chefe-da-aie.ghtml>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

5 Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/sao-paulo-avanca-no-ranking-das-cidades-que-mais-contribuem-para-a-ciencia-de-alto-impacto-mundial/37004>. Acesso em: 29/06/2024.

6 Seguem os nomes e sites de algumas universidades. Dalhousie University: curso de graduação <https://www.dal.ca/academics/programs/undergraduate/black-african-diaspora.html>; University of Alberta: <https://guides.library.ualberta.ca/edi/black-studies>; Northwestern University: <https://blackstudies.northwestern.edu/>.

7 Seguem os nomes e sites de algumas universidades. Stanford University: <https://aaas.stanford.edu/>; The Ohio State University: <https://aaas.osu.edu/>; Howard University: programa que divide os departamentos em African Studies e Afro-American Studies - <https://africanstudies.howard.edu/> e <https://afroamericanstudies.howard.edu/>; Brown University: <https://africana.brown.edu/>; Dalhousie University: <https://www.dal.ca/academics/programs/undergraduate/black-african-diaspora.html>; York University: programa de Estudos Africanos que engloba interesses na África e em suas diásporas - <https://www.yorku.ca/laps/sosc/afrs/>.

8 Herskovits, no pós Segunda Guerra Mundial, e a serviço da política expansionista norte-americana no mundo, auxiliou no desenvolvimento de programas de estudos africanos em universidades norte-americanas (GERSHENHORN, 2004; 2009). Deste modo, ele criou o primeiro centro interdisciplinar de estudos africanos na Northwestern University, em 1948, e ajudou a fundar a Associação de Estudos Africanos, em 1957. Com isso, ele auxiliou no processo de consolidação de África como área de estudos acadêmicos nos departamentos de estudos afro-americanos (*op. cit.*).

de outras raças', mas a África não estava no mesmo grau evolutivo da Europa e Estados Unidos" (*op.cit.*).

Embora não tenhamos intenção de discorrer sobre a construção do campo de estudos africanos no Brasil⁹, é inegável o profundo emaranhamento entre os estudos sobre África e as relações étnico-raciais. Como argumenta Táíwò (1993), historicamente os estudos africanos referem-se, geralmente, à África, mas não têm sido desenvolvidos para o benefício dos africanos, pois as problemáticas mais estudadas não tocam diretamente africanos e suas vidas. Há ainda uma instrumentalização dos estudos africanos para se entender questões e demandas de fora do continente. E, deste modo, África continua a ser sugada tanto em termos materiais (recursos naturais, humanos e financeiros) quanto em termos de produção de conhecimentos, cuja simbiose produz um continente constantemente usado para o benefício estrangeiro.

Apesar da promessa exitosa de uma África-Mundo, cujo protagonismo africano substituiria o europeu nos processos políticos, sociais e de produções de conhecimento no mundo contemporâneo (COSTA, *et al.* 2021; MBEMBE, *et al.* 2017), nota-se que o continente africano continua servindo, sobremaneira, aos interesses de consolidação sócio-política, econômica e cultural, quase que exclusivamente, de outras nações. Não devemos ser ingênuos ao pensar que o estabelecimento de uma agenda de pesquisa refere-se unicamente a um processo de produção de conhecimento desprezioso cujas motivações se circunscrevem aos interesses de construção de uma identidade racial unificada. Pois, observamos que, ao longo da história, grandes projetos e institutos de pesquisa sempre estiveram envolvidos com interesses nacionais ao nível político. O mesmo pode ser observado nas relações que a ciência brasileira tem estabelecido com o sul global, a partir de uma demanda social negra, que emerge como justificativa para a política de aproximação com o continente africano. Entretanto, o Brasil, nos termos de Moyo *et al.* (2015), é um país da semi-periferia global

⁹ Vale assinalar que, apesar de o campo de estudos africanos ser historicamente interdisciplinar, estamos olhando para a antropologia brasileira e seus processos históricos e recentes no campo de estudos africanos. Embora não possamos nos esquivar dos desafios interdisciplinares que tocam a área de estudos africanos, pensaremos disciplinarmente já que a antropologia ainda é marcada por traços do seu passado colonial que influenciam nosso entendimento contemporâneo sobre o continente africano. Apesar de seu passado indelével, a potencialidade da etnografia e das análises sociais, objetivas e subjetivas, são inigualáveis. Por isto, entendemos que as reflexões tecidas aqui têm o objetivo de contribuir para que o campo disciplinar amplie seus horizontes, identificando e repensando algumas heranças coloniais que ainda possam estar vivas na disciplina. Com isso, não estamos defendendo que a criação de agendas de pesquisas de estudos africanos sejam disciplinares, ao contrário, defendemos que elas sejam transdisciplinares. No entanto, nosso olhar será direcionado neste texto apenas para a antropologia.

que vem praticando um sub-imperialismo neoliberal desnacionalizado, cujo fim era a busca pela acumulação do capital sobre as demais periferias do sul global. Deste modo, as parcerias de “cooperação solidária” seriam um meio de operacionalizar tal projeto de governo. O que, na prática, pode ser entendido como uma cooperação desigual, cujos ganhos brasileiros de produção de conhecimento e econômicos têm sido superiores aos benefícios adquiridos por parte dos países africanos, sobretudo no que tange à produção de conhecimento e ao desenvolvimento de tecnologias.

A falta de uma agenda de pesquisa que atualize os estudos das relações Brasil-África a partir de problemáticas partilhadas pelos dois lados do Atlântico, é um desafio a ser encarado por este campo de estudos. A superação dessa agenda, quase que exclusivamente constituída para se pensar as relações étnico-raciais e a afrobrasilidade, possibilitaria o desenvolvimento de uma efetiva colaboração de pesquisa entre brasileiros e africanos que seja, de fato, solidária e igualitária, e não “sub-imperialista” (MOYO *et al.*, 2015). Táíwò (1993), ao analisar o modo de produção de conhecimento em universidades norte-americanas, argumentou que a agenda de pesquisa dessas universidades foi modificada somente com a migração de docentes africanos para estas instituições. O impacto da mudança no quadro docente levou ao que ele definiu como “colapso no sistema universitário” que provocou a remodelação dos “modos de produção de conhecimento”. Isto é, os docentes africanos recém-chegados passaram a favorecer o desenvolvimento de pesquisas em temáticas que eram de interesse das populações africanas, diminuindo, desse modo, o fluxo de produção voltado para os interesses norte-americanos.

Com isso, estamos argumentando também que uma maior aproximação entre docentes e pesquisadores africanos e brasileiros, sobretudo em pesquisas colaborativas e no estabelecimento de redes de pesquisadores mais diversas e amplas, pode contribuir com o desenvolvimento de uma agenda equitativa na antropologia. Tendo em vista haver uma tendência, nas últimas décadas, de o governo brasileiro incentivar o aumento na colaboração para pesquisas, sobretudo em projetos transdisciplinares (HAUSTEIN *et al.* 2011; BONZEMAN *et al.* 2014) ou em áreas estratégicas. Tais incentivos têm como um de seus objetivos o compartilhamento dos recursos e custos para a produção de conhecimento de qualidade. Desse modo, novas políticas públicas que estimulam explicitamente a colaboração (BONZEMAN *et al.* 2014) têm sido gestadas ao redor do mundo.

No Brasil, as discussões sobre internacionalização têm se tornado, progressivamente, um imperativo no âmbito das universidades. Apesar do fim do Programa Ciência Sem Fronteira (Prolo, et al., 2019) ter marcado o início de um freamento do fluxo de recursos governamentais destinados a este fim, o discurso de internacionalização tem avançado fortemente, impondo às universidades públicas, sobretudo federais, a adoção de novas estratégias de parcerias institucionais, por exemplo, via FAP's (Fundo de Amparo à Pesquisa) e com universidades estrangeiras (através de grupos de pesquisas, projetos de cooperação, etc.).

Vale notar que, mesmo diante de quedas drásticas nos repasses do governo federal para as universidades, a motivação de cooperação em pesquisas e produção de conhecimento, paradoxalmente, não tem sido desestimulada. Podemos tomar como exemplo os atuais projetos de cooperação firmados durante a visita do presidente francês Emmanuel Macron ao Brasil, no início de 2024, que preveem a criação de um Centro Internacional de Pesquisa, com sede na Universidade de São Paulo (USP), cujo objetivo é formar quadros acadêmicos de alta qualidade¹⁰. Podemos citar ainda o acordo firmado entre a USP e o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação do governo angolano, que prevê a formação de 128 alunos angolanos para os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado nas áreas de: agronegócio, meio ambiente, biotecnologia, energia, engenharia mecatrônica, petróleo, nanotecnologia, pesca, recursos hídricos, recursos minerais, saúde, telecomunicações e tecnologia da informação¹¹.

Há, nessas parcerias, dois pontos importantes a serem ressaltados e que justificam a manutenção do discurso de internacionalização. O primeiro refere-se à priorização de setores considerados estratégicos para a economia, como agronegócio e gestão de recursos naturais, e o segundo a noção de produção de excelência, tal como consta na declaração do pró-reitor de Pós-Graduação da USP, Rodrigo Calado, na reportagem citada anteriormente:

10 Na primeira metade do século XX surgiram alguns jornais escritos por negros e que discutiam as problemáticas sociais que afetavam a população negra, sobretudo da região sudeste do país, e sua inserção na sociedade da época. Esses jornais desafiavam as narrativas jornalísticas dominantes ao documentar as injustiças sociais, ao fomentar o ativismo negro contra as precarizações sociais e como forma de autoexpressão cultural. Tais publicações, em interlocução com jornais negros norte-americanos, tentavam apresentar a ascensão social negra de lá como um modelo a ser seguido no Brasil. Para discussões mais aprofundadas, ver as obras de: Francisco (2010) e Dos Santos (2011).

11 Para discussões aprofundadas sobre a consolidação deste campo de estudos no Brasil, ver as seguintes obras: Zamparini (2005); Schlickmann (2015) e Trajano Filho (2014).

Há um interesse bastante forte do Brasil, e especialmente da Universidade de São Paulo, na colaboração para a formação de um ensino de qualidade, principalmente na pós-graduação. Nós queremos receber pesquisadores excelentes, que poderão retornar a Angola com maior bagagem acadêmica.

Isso demonstra que o campo de estudos africanos no Brasil, assim como as ciências sociais e humanas, têm padecido de uma longa crise de legitimidade, demandando que sua relevância para a sociedade seja constantemente afirmada, principalmente entre aqueles que entendem essas áreas como desnecessárias para o desenvolvimento sócio-econômico e desopressão social. O que pode ser observado, por exemplo, nas formas de avaliação do impacto das ciências humanas, uma vez que estão submetidas às métricas das áreas de ciências exatas e da vida.

Entretanto, precisamos também nos responsabilizar por esse cenário, tanto pelo fato de não estabelecermos um diálogo entre a população mais geral (e não apenas com os grupos que pesquisamos) e nossas pesquisas quanto por mantermos nossas agendas de pesquisas em descompasso com os interesses das agências de pesquisa. Aiell *et al.* (2021) argumentaram que, em 2016, foi realizada a *The First Conference on Social Impact of Science SIS 2016*, motivada pela ameaça de que as ciências sociais e humanas fossem excluídas dos financiamentos do Horizon 2020, da Comissão Europeia. Na conferência, os pesquisadores buscaram discutir sobre como mensurar o impacto social destas áreas pelas agências de fomento. O principal desafio colocado nestas discussões é o fato de que pesquisadores e agências de fomento têm concepções distintas do que é impacto social. Estas concepções caíram de mudança nas condições de vida, melhoria nas condições econômicas, benefícios individuais, benefícios comunitários, geração de renda, redução da pobreza, etc. Este amplo espectro de concepções de impacto ainda precisam ser enquadrados em resultados de curto, médio e longo prazo.

Com isso, não estamos aqui defendendo que nossas agendas de pesquisa devam estar alinhadas unicamente às problemáticas de interesse governamental. Mas sim, que possamos criar espaços para elaboração de agendas conjuntas que abram novas possibilidades de pesquisas e eixos temáticos, bem como para que possamos tensionar as estruturas de financiamento científico pelo reconhecimento do impacto social já produzido pelas pesquisas ciências sociais

e humanas no Brasil. E, para que possamos igualmente criar uma maior aproximação do Estado, com pesquisadores e com os grupos sociais para os quais boa parte dessas pesquisas estão voltadas.

O quadro de pesquisas em estudos africanos, pouco ampliado para novas temáticas, tem provocado dois impasses: o de uma produção cujas abordagens pouco se alinham com as demandas africanas e o da dificuldade em acessar os recursos destinados à realização de pesquisas. Ambos contribuem para a baixa consolidação de grupos e redes de pesquisadores em projetos transnacionais. Isso se intensifica ainda mais em um contexto de escassez de investimentos e de uma hipervalorização dos projetos de excelência orientados por métricas de produção científica e indicadores de avaliação de desempenho das instituições de ensino superior. Vale sublinhar que, para haver uma mudança paradigmática nos termos de produção de conhecimento e para uma efetiva cooperação solidária, é necessário jogar com as brechas deixadas no jogo proposto pelos sistemas de financiamento, por mais que discordemos deles. Isto é, cruzar nossos interesses de pesquisa com problemáticas contemporâneas, apostando na internacionalização via criação de redes que priorizem universidades africanas, e não europeias, para se falar de África. Somente estando dentro dessas esferas é que poderemos gestar alternativas políticas, econômicas e sociais que busquem colocar fim ou minimizar os impactos negativos dos sistemas de exclusão produzidos por tais métricas. Caso contrário, estaremos fadados a falar somente com poucos pares, que estiverem dispostos a nos ouvir, sem conseguirmos promover grandes impactos na comunidade científica e na sociedade como um todo.

Assim, a lógica de “colaboração em pesquisa”, tal como assinalam Bonzeman *et al.* (2014), deve ser entendida como relacionamentos entre indivíduos, entre organizações e indivíduos e entre organizações, que priorizem temáticas, problemas e colaborações que sejam caras a todos os membros desta rede. Sawyerr (2004) alerta-nos que o desenvolvimento histórico da “sociedade do conhecimento” — que dita as regras de como os conhecimentos devem ou não ser produzidos e quando serão ou não legitimados —, tem implicações positivas e negativas, as quais não nos deixam perder de vista a necessidade de jogar o jogo proposto pelas agências de fomento. Do lado positivo, podemos identificar que a disseminação do conhecimento oferece possibilidades de melhorias na qualidade de vida em todo o mundo, ao promover uma melhor compreensão

da relação entre sociedade e políticas públicas. Por isso, os investimentos precisam ser direcionados para setores estratégicos e para produções que visem gerar impactos sociais relevantes (SAWYERR, 2004). Do lado negativo, pode-se mencionar as crescentes influências políticas e econômicas estrangeiras que buscam ditar como as políticas nacionais devem ser dirigidas. Essas interferências provocam, com muita frequência, a crescente homogeneização das culturas e a ameaça ao conhecimento local, resultantes da importação e imposição de modos de vida (SAWYERR, 2004) e de soluções políticas, sociais e tecnológicas que alteram as dinâmicas locais e, quase sempre, fracassam na resolução dos problemas. É, pois, imprescindível acrescentar a este ponto negativo que as próprias elites políticas nacionais, quer brasileiras, quer africanas, defendem uma agenda de investimentos que privilegia as demandas do mercado econômico e das grandes corporações. Agendas essas que, muitas vezes, estão colocadas como áreas prioritárias de investimentos estratégicos, as quais sempre são dúbias quanto às intenções por trás delas.

Por isso, uma atualização das agendas de pesquisas é importante, sobretudo nas humanidades, para que possamos entender os mecanismos que engendram os processos político-econômicos contemporâneos, os quais têm afetado África e Brasil, mas não somente, de forma intensa e negativamente. Sawyerr (2004) argumenta ainda que, com o aumento da intensidade da produção de conhecimento na vida social e econômica em todo o mundo, a maioria das sociedades no sul global lida com a ameaça real da desigualdade no acesso às informações e ao conhecimento moderno. Isso nos indica que, nos debates sobre atualização das agendas de pesquisas, é preciso investir ainda mais na circulação de conhecimentos fora da esfera da universidade e dos setores institucionais. Em outras palavras, é necessário garantir que a própria sociedade, na totalidade, acompanhe e acesse os conhecimentos produzidos no campo científico, de modo que possa manejar formas de apropriação desses conhecimentos. Embora já tenhamos avançado consideravelmente nesse quesito, no que toca à circulação de conhecimentos relacionados ao continente africano e à construção do imaginário social brasileiro sobre a África, ainda precisamos avançar.

Desse modo, uma atualização da agenda de pesquisa sobre África deve visar, igualmente, provocar mudanças sociais quanto ao que é África, deslocando o imaginário de pobreza, doenças, guerras, misérias e vinculado à ideia de uma continuidade negra africana na diáspora para a construção de novos imaginá-

rios nos quais as diversidades africanas sejam consideradas verdadeiramente. Dentre esses deslocamentos, faz-se necessário relativizar igualmente o significado de pobreza e de desenvolvimento, tal como proposto por Sen (2018[1999]). Uma vez que precisamos olhar para outros fatores que impactam as condições de vida dos sujeitos, os quais estão fora das métricas econômicas tradicionais do PIB, bem como para demandas construídas localmente e que nem sempre estarão alinhadas com as lógicas político-econômicas hegemônicas. O processo de reformulação das agendas de pesquisa tem o potencial de promover o adensamento nas dinâmicas igualitárias e equitativas de colaborações de pesquisa África-Brasil, permitindo que, tal como argumenta Sawyerr (2004), se assegure a existência de sistemas de conhecimento locais e se adquira o instrumental de conhecimento contemporâneo importante para as populações. De modo que pesquisadores, governos e sociedades acessem conhecimentos de todas as fontes — externas e internas, “tradicionais” e “modernas” —, sintetizando-as, adaptando-as e tornando-as utilizáveis pelas comunidades conforme as condições e necessidades locais. Por isso, as agendas de pesquisas sobre África no Brasil não podem se restringir aos interesses e benefícios das populações brasileiras por incorrerem no risco de perpetuação do “sub-imperialismo” (MOYO *et al.*, 2015) no modo de produzir conhecimento.

Disparidades regionais na produção científica brasileira e seus impactos na construção de redes de pesquisa Brasil-África

Contudo, há ainda outros desafios e obstáculos. Os regimes de colaboração científica e de agendas de pesquisa, inclusive os que dizem respeito às relações África-Brasil, são atravessados pelas diferenças regionais que afetam as universidades brasileiras. Isto é, os recursos destinados a cada universidade impactam a produção científica nacional e regional, bem como os processos de internacionalização, uma vez que uma pequena fatia desses recursos é destinada ao investimento em pesquisa. Assim sendo, é imprescindível acrescentar à discussão o argumento de que os procedimentos de colaboração e estabelecimento de parcerias estão, de alguma forma, privilegiando as instituições acadêmicas reconhecidas por sua excelência. Tal dinâmica pode ser observada nos acordos e projetos de cooperação firmados com a USP, citados anteriormente, nos ajudando a refletir sobre como esse sistema se constitui e se retroalimenta. Assim, universidades com estrutura para produção de conhecimento de ex-

celência recebem um volume maior de recursos, acessam mais oportunidades de parcerias e, com isso, fortalecem e expandem cada vez mais sua produção científica, enquanto universidades jovens, que ainda não possuem uma pós-graduação consolidada e cujo corpo docente ainda é jovem (em termos de tempo de formação), são mantidas às margens desse sistema.

Nesse contexto assimétrico de acesso a recursos, grupos de pesquisa e pesquisadores do nordeste e norte do país geralmente estão em desvantagem em relação aos grandes centros de pesquisa localizados nas regiões sudeste e sul. Isso se acentua ainda mais quando consideramos as chamadas universidades novas, supernovas e novíssimas. Podemos citar, apenas para exemplificar essa situação, o caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Apesar da qualidade de seu quadro de docentes, que conta com pesquisadores africanos e brasileiros nos mais diversos campos de conhecimento, as possibilidades de investimento em pesquisa de ponta têm sido comprometidas por restrições orçamentárias impostas às universidades. Isso impacta os investimentos em recursos humanos (pesquisadores, docentes, técnicos-administrativos e alunos) e no desenvolvimento de pesquisas financiadas, pois a maioria dos recursos orçamentários é destinada às despesas de custeio. Nas universidades periféricas, os baixos investimentos em pesquisa acabam gerando um efeito em cadeia: baixa produtividade, que leva a publicações com baixa circulação, que resultam em baixo engajamento estudantil com as pesquisas. Esse efeito em cadeia, associado à falta de infraestruturas para ensino, pesquisa e extensão, resulta em um baixo ingresso de estudantes nas graduações e queda nas taxas de concluintes, impactando negativamente as avaliações e índices de desempenho dos cursos. Por conseguinte, todas essas questões afetam as condições de abertura de novos centros de pós-graduação, inviabilizando a expansão e consolidação dos espaços de pesquisa.

Esse cenário conduz, ainda, a baixas possibilidades dos docentes concorrerem aos grandes financiamentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), principais agências de fomento no cenário nacional. Esse efeito em cadeia impacta, ainda, o estabelecimento de parcerias institucionais de cooperação de pesquisa com financiamentos estrangeiros. Esse ciclo não para por aqui, pois as pesquisas produzidas acabam tendo baixo impacto e circulação, o que, por conseguinte, diminui a possibilidade de que seus

resultados orientem as tomadas de decisões governamentais ou provoquem mudanças sociais significativas (AIELLO, *et al.*, 2021). Vale ainda salientar que os sucessivos cortes nos orçamentos destinados à educação, feitos pelo governo federal, impactaram ainda mais o cenário de disparidades econômicas das universidades, não apenas em termos institucionais como em termos de áreas de conhecimento.

As áreas das ciências sociais e humanas, têm sido particularmente afetadas, dado que nos últimos anos elas deixaram de fazer parte das áreas estratégicas de desenvolvimento do governo, como pudemos observar a partir da Portaria n.º 1.122, de 19 de março de 2020 instituída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Esta Portaria foi alterada pela Portaria n.º 1.329 de 27 de março de 2020, que acrescenta o seguinte trecho: “são também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais que contribuam para o desenvolvimento das áreas definidas nos incisos I a V do caput.”. Entretanto, apesar de revogada em 19 de março de 2020, as orientações dessa normativa ainda impactam na prática a participação dos projetos de pesquisa das áreas das ciências sociais e das humanidades nas políticas de financiamento público para ciência e tecnologia. A portaria estabelecia que as bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (Pibiti), ligadas ao CNPq/MCTIC, deveriam, prioritariamente, estar vinculadas às áreas de Tecnologias Prioritárias.

Paralelo a esse movimento, os programas de pós-graduação, têm passado por severas restrições na oferta de bolsas de pós-doutorado, que obrigaram os mesmos a engajar doutores em pesquisas na condição de voluntários, acentuando um processo de precarização que tem prejudicado cada vez mais o desenvolvimento das pesquisas e a consolidação da carreira desses doutores. Nessa modalidade, o pesquisador responsabiliza-se pelo custeio das despesas do projeto de pesquisa e pessoais durante o desenvolvimento das atividades de investigação e de divulgação científica. Um cenário que desencadeou, nos últimos anos, um processo de “fuga de cérebros”, em todas as áreas do conhecimento. A estimativa é que 6,7 mil cientistas continuem suas pesquisas no exterior, sem aventar a possibilidade de retorno ao Brasil. Isso demonstra que, mesmo com a criação de áreas de investimento estratégico, os cortes de recursos têm impactado consideravelmente a ciência nacional. Mais recentemente, o atual go-

verno, na tentativa de enfrentar o problema, criou o “Programa Conhecimento Brasil”, divulgado pelo governo federal em abril deste ano, visando “repatriar” mil cientistas. Essa medida, entretanto, desconsidera os milhares de doutores desempregados no Brasil, que não acessam recursos para continuar suas pesquisas. Além disso, o programa tem um escopo de ação e uma duração pontuais, sem, no entanto, propor medidas estruturais para valorização do trabalho de pesquisa e criação de oportunidades para fixação de pesquisadores no Brasil a longo prazo.

O desfinanciamento das áreas de humanas é resultado do avanço neoliberal sobre a educação ou, ao menos, é por ele influenciado. Embora o fenômeno não seja exclusivo do Brasil, ele afeta, sobremaneira, o país e o desenvolvimento de parcerias entre países do sul global. Segundo Jay (2014), há um declínio do prestígio das áreas de humanidades no mundo, que leva a este desfinanciamento de programas de fomento e de investimentos em pesquisas neste domínio. Segundo o autor, as causas desta crise são os altos custos para a formação discente e a ideia de que os “cursos das humanidades parecem ser de pouca utilidade prática”, entendidos pelos alunos como “uma perda de tempo” (JAY, 2014). Barton (2022) argumenta que estamos vivendo a segunda crise das humanidades, sendo uma das possíveis causas o medo pela falta de emprego na área das humanidades após anos de investimentos em formação. Acrescido a esse cenário, destacam-se as perspectivas futuras de baixos salários que desestimulam o ingresso de alunos nestas áreas e sua permanência nos cursos.

Esses contextos de precarização profissional futura e o desestímulo aos investimentos na área, minimizam a importância das ciências sociais e humanas no processo de compreensão e produção dos sistemas de inovações científicas e tecnológicas (BAKHSHI, et al, 2008), pois as diferentes áreas do conhecimento são complementares entre si (MOAHI, 2010). Desse modo, como argumenta Moahi (2010), se as pesquisas em ciência e tecnologia geram inovação, a pesquisa em ciências humanas e sociais são as que farão as perguntas fundamentais sobre a aceitabilidade dessa inovação, sobre sua ética e sobre os impactos que tais inovações podem ter sobre as populações. Entretanto, indo um pouco além do argumento de Moahi, consideramos que as ciências sociais e humanas também produzem tecnologias e inovação, mas não no sentido em que esses dois termos foram consagrados. As ciências humanas e sociais oferecem o caminho para uma avaliação crítica de qualquer inovação, impactando, portanto, nos

próprios processos de sua criação e constituição tecnológica. E, a antropologia, talvez mais do que outras áreas, tem o potencial de fornecer tais análises críticas graças aos seus instrumentos de pesquisas, modelos analíticos e capacidade de acompanhar as dinâmicas sociais. Por isso, uma constante revisão das agendas de pesquisas, sobretudo nos estudos africanos e nos regimes colaborativos de produção de conhecimento no eixo sul-sul, se faz necessária, assim como o entendimento de que os projetos de pesquisa precisam aprofundar ainda mais o diálogo com a sociedade e a comunicação de seus resultados fora da academia para produção de pesquisas de maior impacto social.

Precisamos, ainda, assinalar que além dos desafios macrossociais impostos às áreas das ciências sociais e humanas, há outros agravantes que tocam esses campos disciplinares, afetando a consolidação de agendas de pesquisa mais robustas e atualizadas, bem como suas formas de financiamento e a construção de redes pesquisa com outros países. As disparidades regionais, para além da questão dos recursos financeiros já discutida aqui, podem também ser expressas em termos da constituição, consolidação e expansão de grupos de pesquisa no Brasil. Conforme a Súmula Estatística de Grupos de Pesquisa do CNPq¹², temos 442 grupos de pesquisa cadastrados na área de Antropologia, o que corresponde a 4,3% do total dos grupos das humanidades. Dentre esses grupos que aparecem na consulta parametrizada do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), somente quatro deles contam com pesquisadores financiados por bolsa de produtividade CNPq, quer na coordenação quer no corpo de pesquisadores do grupo. Três dos quatro grupos se dedicam a estudar concomitantemente África, diáspora e as relações étnico-raciais no Brasil, sendo os estudos africanos apenas uma das linhas de pesquisas. Nestes três grupos, totalizando quatro coordenadores, três dos coordenadores estão no nível 1 do CNPq de produtividade e um coordenador encontra-se no nível 2 de produtividade.

No diretório não constam informações quanto às redes de pesquisa, nem brasileiras nem internacionais que os grupos integrem, nem mesmo informações sobre o desenvolvimento de projetos conjuntos e parcerias. O quarto grupo de pesquisa, que se dedica a estudar a África, diáspora e as relações étnico-raciais no Brasil, tem uma peculiaridade, pois o nome do grupo de pesquisa não faz referências a África. A linha de pesquisa é dedicada a pensar temáticas contemporâneas sobre o continente africano. Outra peculiaridade do grupo é que

¹² Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=690301>. Acesso em: 22/05/2024.

ele não relaciona África a relações afro-brasileiras. O coordenador do projeto é bolsista produtividade do CNPQ, nível 2, e também não consta a participação do grupo em redes de pesquisas e nem em projetos compartilhados. Vale notar que 3 dos grupos estão localizados na região sudeste, mais precisamente em São Paulo, e um na região sul do país. Os demais grupos cadastrados no diretório, na área da antropologia, que têm ao menos uma linha de pesquisa dedicada aos estudos africanos, excluindo os 4 anteriores, contabilizam: 1 na região sul, 3 na sudeste, 1 no centro-oeste, 6 na região nordeste e 1 na região norte. Entretanto, não consta entre os membros destes grupos nenhum pesquisador com bolsa de produtividade do CNPq.

Algumas ressalvas devem ser feitas para entendermos como o campo de estudos africanos tem sido designado por esses últimos grupos citados. Dentre eles, somente o grupo de pesquisa do centro-oeste faz referência à África no nome do grupo e todas as suas linhas de pesquisa são voltadas para estudar questões africanas. Com relação aos demais grupos, 4 têm linhas de pesquisa exclusivas para se pensar África, enquanto 6 deles têm linhas de pesquisas que conciliam estudos africanos e afro-brasileiros, quer na mesma linha, quer em linhas diferentes no grupo. Destaca-se que, de alguma maneira, todos esses grupos estão pensando África como área ou lócus de pesquisa e não no sentido de pensar o continente a partir de temáticas e problemáticas que atravessam suas populações e territórios. Nenhum destes grupos possui redes de pesquisas cadastradas na plataforma, nem mesmo informam se há desenvolvimento de parcerias em projetos de pesquisa.

Refletir, ainda que brevemente, sobre essa geografia nacional de produção de conhecimento, como argumenta Sidone et al. (2016), passa necessariamente por compreender as disparidades que marcam a ciência nacional. No Brasil, segundo eles, as publicações e as redes de pesquisa estão concentradas na região sudeste, sobretudo nas capitais. O artigo cita que a cidade de São Paulo congregava, em 2016, 20% de toda a produção científica nacional, sendo considerada pela Royal Society em 2011 um dos 20 municípios que mais produziram ciência no mundo (Sidone, et al., 2016). O Nature Index Science Cities classificou a capital paulista na posição 172^a no ranking de cidades que estão dando mais contribuições para a ciência de alto impacto no mundo na edição de 2020 e na posição 139^a em 2021, sendo a única cidade latino-americana a fazer parte da

lista¹³. Portanto, é inegável que tais disparidades regionais também influenciam o estabelecimento de redes com pesquisadores de outros países. Isso apresenta uma especificidade e um desafio ainda maior ao se tratar de parcerias com pesquisadores africanos, visto que os núcleos de pesquisa, em boa parte do continente africano, não dispõem de recursos financeiros para conduzir pesquisas e financiar projetos de cooperação com outros países.

Moahi (2010), ao falar sobre o cenário de precarização das pesquisas em ciências sociais e humanas em Botsuana, aponta que os financiamentos estrangeiros vinham se tornando um problema para pesquisadores africanos. Isso pois, estes deveriam demonstrar que suas pesquisas anteriores tiveram um impacto social local e que eles dominavam todo o instrumental técnico e teórico recente de pesquisa (notadamente, através da publicação em periódicos de impacto). Tais exigências são colocadas em um contexto marcado também pela precarização do acesso às informações e resultados de pesquisas nas instituições, que sequer contavam com acesso regular à internet. Acrescido a isso, a autora destaca que a União Africana passou a defender, a partir de 2010, que o ensino superior priorizasse as chamadas áreas de Ciência e Tecnologia para impulsionar o desenvolvimento futuro, excluindo também as ciências sociais e as humanidades das linhas de financiamento para as áreas estratégicas.

Da mesma forma que as desigualdades regionais impactam a produção de conhecimento no Brasil, o continente africano também padece com o mesmo problema. Há alguns países que têm conseguido estabelecer pólos de produção de “excelência” em pesquisa, por meio do estabelecimento de redes e parcerias para o desenvolvimento de pesquisas e a formação de pesquisadores. Nas últimas duas décadas, países como Gana, Etiópia, África do Sul e, mais recentemente, Tanzânia e Nigéria têm criado cenários de fortalecimento das produções nacionais nas áreas de humanidades. Eles têm firmado parcerias não apenas com grupos de pesquisa de vários países, como também com instituições como a gigante editora Taylor & Francis, para aumentar o número de publicações, o fator de impacto e a circulação de publicações de pesquisadores africanos.

Esses arranjos e parcerias têm permitido que um número considerável de pesquisadores africanos consiga ter visibilidade por seus trabalhos, atraindo, conseqüentemente, mais investimentos para seus grupos de pesquisa localiza-

13 Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=728931>. Acesso em: 22/05/2024.

dos no continente. Pois, as gigantes do mercado editorial, ao firmarem parcerias com as universidades africanas, atuam no desenvolvimento das habilidades do pesquisador, para que o mesmo domine o arsenal técnico para a produção de excelência (SAWYERR, 2004). Dessa maneira, a qualidade da infraestrutura, a capacidade de divulgação dos resultados de pesquisa e o domínio de técnicas de análise e organização dos dados têm sido fatores determinantes para alcançar fontes de financiamento internacionais (op.cit.).

Mesmo que o financiamento público, em todos os países, como argumenta Sawyerr (2004), continue a ser uma condição fundamental para se produzir pesquisa voltada para as necessidades nacionais, o financiamento internacional não impede o estabelecimento de parcerias horizontais. Há um certo número de iniciativas práticas e concretas que têm sido tomadas para manter as pesquisas ativas e as agendas com temáticas socialmente relevantes para contextos africanos e de outros continentes. Isso tem sido possibilitado pelo estabelecimento de pesquisas engajadas com metodologias e problemáticas locais que operem a produção de conhecimentos em favor, mas não exclusivamente, das comunidades locais. Muitos desses projetos têm adotado o modelo de pesquisas por impacto e promovido mudanças no caráter das pesquisas, visto que esse tipo de pesquisa abandona o foco nos resultados para focar nos processos e engajamentos sociais ao longo da pesquisa. Esse formato de pesquisa e de parceria maximiza as chances dessas pesquisas influenciarem políticas públicas, ONGs, comunidades, etc. (CARDEN, 2009).

Em termos gerais, a antropologia brasileira está passando ao largo dessas formas de estabelecimento de redes. Podemos constatar isso, ao observarmos as últimas proposições da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que vem dando seus primeiros passos em direção à internacionalização da antropologia e dos antropólogos brasileiros. A fim de incentivar a internacionalização, a associação vem ofertando workshop para a escrita de propostas de financiamento de pesquisa, em parceria com a Wenner-Gren. Este movimento está em consonância, seja intencionalmente ou não, com as buscas por fazer as pesquisas e os pesquisadores da área serem conhecidos. Segundo Moahi (2010), conforme o Relatório da Academia Britânica de 2008, a baixa circulação dos resultados das pesquisas das ciências sociais e humanas, tanto na academia quanto fora dela, faz com que seu potencial de impacto social seja reduzido junto aos políticos, à sociedade civil e às instituições. E, por conseguinte, não conseguimos comuni-

car com essas esferas a importância e o papel dessas áreas para a melhoria da sociedade e nas condições de vida a longo prazo.

A falta de circulação da produção interna, regional e transnacional no Brasil e na África, juntamente com as agendas de pesquisa pouco atualizadas, criam um paradoxo na área de estudos africanos. Isso por haver uma valorização da interlocução Brasil-África para fins políticos e econômicos e uma desvalorização das pesquisas antropológicas por falta de financiamento, de criação de redes e de atualização das agendas de pesquisas. Tautologicamente, este processo provoca o seguinte efeito em cadeia: não desenvolvimento de novas agendas de pesquisa, não formação de redes ou colaborações (sobretudo entre brasileiros e africanos) e não circulação de conhecimento. Esses movimentos cíclicos e o constante reforço do imaginário de produção de conhecimento africano para fins brasileiros têm impedido que avancemos nos estudos africanos no Brasil.

Alternativas em curso

Podemos notar que há alguns pesquisadores, com atuação em universidades e centros de pesquisa na região sudeste do país, que têm estabelecido agendas de pesquisa a partir de temáticas variadas, tais como: agricultura, luta por terras, economia, produção de conhecimento, educação, movimentos religiosos, dentre outras. Muitos deles sequer fazem parte de grupos de pesquisa com linhas na área de África ou de afro-brasileiros. Assim, esses pesquisadores têm conseguido acompanhar os movimentos contemporâneos das demandas político-econômicas e conseguido, concomitantemente, pensar África como um “mundo dentro do mundo”. O resultado disso tem sido uma superação da lógica africanista de que África, por si só, se configura como uma área de pesquisa por sua geografia, seus povos e culturas.

Tais pesquisadores têm, individualmente, estabelecido redes de colaboração nos continentes africano, europeu e sul-americano. Entendemos que, ao priorizar as temáticas e problemáticas sem que sejam tomadas a partir de uma ideia de “alteridade radical” (PEIRANO, 1999), seus avanços têm contribuído para pensar o desenvolvimento de questões que afetam populações do sul global de um modo geral. Dentre estas redes de colaboração podemos citar a *Agrarian South*, que conta com uma rede de pesquisadores de distintas áreas do conhecimento e países e de diferentes países. Todos os pesquisadores estão

O artigo *“Interações entre a África e um mundo desaparecido: as relações entre a Guiné-Bissau e a República Democrática Alemã a partir dos arquivos alemães”* de Sérgio Krieger Barreira (Unilab), propõe pensar as relações entre a Guiné-Bissau e a República Democrática Alemã (RDA), até 1990, por meio de pesquisa documental nos arquivos da RDA. A partir do contexto das lutas por libertação e independência nos países africanos, nas quais a Alemanha Oriental figurou como apoiadora, o autor propõe refletir sobre a história guineense e a presença da RDA nos países africanos de língua portuguesa. Os arquivos alemães subsidiam, nesse trabalho, uma série de problematizações e possibilidades de pesquisa em torno das relações e cooperações entre a República Democrática Alemã e a República da Guiné-Bissau tecidas dentro das lutas de libertação, do processo de independência e da constituição estatal da Guiné-Bissau. Com foco nesses processos, o autor analisa uma série de trabalhos que perpassam: estudos sobre o apoio internacional às lutas de libertação nacional das colônias portuguesas na África; estudos sobre as relações da RDA com os países africanos, especialmente com os países africanos de língua portuguesa; publicações em língua portuguesa que tratam da história nacional da Guiné-Bissau. Nesse levantamento, o autor constata haver, ainda, poucas produções acadêmicas em língua portuguesa dedicadas às discussões sobre a cooperação internacional no período pós-independência. Olhando para os documentos disponíveis nos arquivos alemães, ele destaca, ainda, a marcante presença de Amílcar Cabral no estabelecimento das relações entre a República Democrática Alemã e Guiné-Bissau.

No artigo *“Ser nomeado: posicionalidades sociais deslocadas no Senegal e em Angola”* de Iracema Dulley (ULisboa) e do Frederico Santos dos Santos (UPF), encontramos reflexões sobre o estar em campo e as relações de nomeação e posicionalidade social, que nele se desenvolvem, entre interlocutores de pesquisa e pesquisadores, a partir da análise dos processos de designação no trabalho de campo dos autores em Angola e Senegal, respectivamente. Para tanto, os autores argumentam que apesar de os antropólogos serem nomeados interseccionalmente por meio de categorias generalizantes como raça, classe, gênero, nacionalidade e religião, suas experiências em campo demonstram como eles podem ser designados e posicionados contextualmente. Para tanto, debruçam-se sobre as formas vernaculares de designação a fim de problematizar as maneiras pelas quais as pessoas são nomeadas e posicionadas em um determinado contexto. Os autores refletem, ainda, sobre como o nome

designador atribuído ao pesquisador em campo pode operar distanciamentos e aproximações em relação aos seus interlocutores de pesquisa, ao passo que também atentam para como “os nomes próprios posicionam as pessoas na teia de relações em que operam”. O texto destaca que a nomeação opera, dentro de seus contextos socioculturais e linguagens, como um indicador e um instaurador do sujeito no espaço e no tempo que, no contexto do trabalho de campo, exige que o antropólogo responda às posicionalidades que seus interlocutores estabelecem.

O artigo “*Marxismo-leninismo cosmológico: um projeto inacabado*” de Ana Carolina Costa (UQAM), analisa como o marxismo-leninismo no Benim foi socialmente entendido como um projeto social e político interrompido. A partir de sua pesquisa na região sul do Benim, a autora demonstra como os praticantes dos cultos de Vodun ressignificaram e modificaram as estruturas do marxismo-leninismo na esfera local, produzindo o que ela nomeia como marxismo-leninismo-cosmológico que, por sua vez, incorpora valores morais cosmológicos locais em sua estrutura. Nesse contexto, ao agregar os valores morais da cosmologia Vodun – assentados na centralidade das necessidades dos sujeitos, tanto individual quanto coletivamente, de “se equilibrarem entre as demandas da vida material e aquelas da vida espiritual” –, o marxismo-leninismo-cosmológico figura como um modelo de governança ideal capaz de superar a democracia ocidental enquanto modelo hegemônico e de fazer frente a perspectiva de desenvolvimento social que nela subjaz. De acordo com a autora, ao inserir os valores morais cosmológicos nas estruturas de governança e de participação popular nos processos políticos deliberativos e, assim permitir uma remoralização das esferas políticas, o marxismo-leninismo se tornou um modelo preferencial em relação à democracia para alguns praticantes de Vodun. De modo que a sua não concretização enquanto proposta de governo produziu um imaginário saudosista diante da “promessa inacabada”. Ao analisar a política agrária durante o governo Kérékou, a autora aponta as tensões em torno das noções de desenvolvimento e o olhar sobre a terra, visto que seus interlocutores não reduzem a terra a mero recurso para exploração e entendem o desenvolvimento associado ao equilíbrio do/no mundo-físico-espiritual.

Ao longo da organização do dossiê, tivemos alguns inconvenientes que inviabilizaram a incorporação de textos de pesquisadores/as africanos/as, enquanto uma prática que tem marcado os projetos nos quais temos trabalhado

e que também atravessa a proposta defendida ao longo deste artigo. O dossiê e este artigo de apresentação são tanto um convite quanto uma provocação para repensarmos nossas agendas de pesquisa, já que as Ciências Sociais – especialmente a Antropologia – sempre participou ativamente na construção da imagem e do imaginário sobre África no Brasil e no mundo. As novas reconfigurações dos movimentos sociais e intelectuais africanos na contemporaneidade, que têm trazido para a produção acadêmica práticas orientadas para o pensamento autônomo e o estabelecimento de parcerias igualitárias, também têm nos interpelado a nos desembaraçarmos de qualquer resquício subjetivo colonial que possa ainda estar incrustado no nosso olhar e entendimento sobre África e africanos.

Referências bibliográficas

AIELLO, Emilia, DONOVAN, Claire, DUQUE, Elena, *et al.* Effective strategies that enhance the social impact of social sciences and humanities research. **Evidence & Policy**, 2021, vol. 17, no 1, p. 131-146.

BAKSHI, Hasan, SCHNEIDER, Philippe, et WALKER, Christopher. Arts and humanities research and innovation. 2008.

BASTIDE, Roger. **Les Amériques noires: les civilisations africaines dans le nouveau monde.** 1996.

BAYART, Jean-François, ELLIS, Stephen, et HIBOU, Béatrice. *La criminalisation de l'Etat en Afrique.* Bruxelles : Complexe, 1997.

BORGES, Mario Neto. As fundações estaduais de amparo à pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *Revista USP*, 2011, no 89, p. 174-189.

BOZEMAN, Barry et BOARDMAN, Craig. **Research collaboration and team science: A state-of-the-art review and agenda.** New York : Springer, 2014.

CARDEN, Fred. **Knowledge to policy: Making the most of development research.** IDRC, 2009.

CARNEIRO, Edson. **Negros bantus: notas de ethnographia religiosa e de folklore.** Civilização brasileira, sa, 1937.

COSTA, Ana Carolina Oliveira, MENDES, Chirley Rodrigues, et METENDE, Ulrich Aurelien. África-Mundo: um projeto em curso. **Revista de Antropologia da UFSCar**, 2021, vol. 13, no 2, p. 8-17.

DELLAGOSTIN, Odir Antônio. Análise do fomento à pesquisa no país e a contribuição das agências federais e estaduais: Estamos enfrentando uma severa crise no financiamento da pesquisa científica em nosso país. *Inovação & Desenvolvimento: A Revista da FACEPE*, 2021, vol. 1, no 6, p. 06-12.

DOS SANTOS, José Antônio. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. *Historiae*, 2011, vol. 2, no 3, p. 143-160.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Social Anthropology and Other Essays**. New York: Free Press. 1966.

FERNÁNDEZ, Daniela Tamaraz. **A cooperação internacional brasileira na educação superior: uma análise comparativa entre a Universidade Federal da Integração Latino-Americana–UNILA e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira–UNILAB**. 2017.

FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro. **Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932)**. 2010. Thèse de doctorat. Universidade de São Paulo.

GEERTZ, C. (1998). O dilema do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”. **Cadernos De Campo** (São Paulo - 1991), 7(7), 205-235.

GERSHENHORN, Jerry. (2004). **Melville J. Herskovits and the Racial Politics of Knowledge**. Lincoln, NE : University of Nebraska Press.

GERSHENHORN, Jerry. “Not an Academic Affair”: African American Scholars and the Development of African Studies Programs in the United States, 1942-1960. **The Journal of African American History**, 2009, vol. 94, no 1, p. 44-68.

HAUSTEIN, Stefanie, TUNGER, Dirk, HEINRICHS, Gerold, et al. Reasons for and developments in international scientific collaboration: does an Asia–Pacific research area exist from a bibliometric point of view?. **Scientometrics**, 2011, vol. 86, no 3, p. 727-746.

HERSKOVITS, Melville J. **The myth of the Negro past**. 1941.

MAFEJE, Archie. The ideology of 'tribalism'. *The journal of modern African studies*, 1971, vol. 9, no 2, p. 253-261.

MAMA, Amina. Será ético estudar a África? considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 604-637.

MOAHI, Kgomotso H. Research issues in the humanities and social sciences in Africa in the 21st Century: challenges and opportunities. *Inkanyiso*, 2010, vol. 2, no 2, p. 78-85. Jay, P. (2014). The Humanities Crisis Then and Now. In: The Humanities "Crisis" and the Future of Literary Studies. Palgrave Macmillan, New York. https://doi.org/10.1057/9781137398031_2

PEIRANO, Mariza G. S. A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil. In: **Série Antropologia**, n. 255, Brasília, 1999.

PROLO, Ivor, VIEIRA, Rosilene Carla, LIMA, Manolita Correia, et al. Internacionalização das universidades brasileiras-contribuições do programa ciência sem fronteiras. **Administração: Ensino e Pesquisa**, 2019, vol. 20, no 2, p. 319-361.

QUERINO, Manuel. **A raça africana e os seus costumes**. Progresso, 1955.

RAMOS, Arthur. The negro in Brazil. **Journal of Negro Education**, 1941, p. 515-523.

SANSONE, Livio. Da África ao afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. **Afro-Ásia**, 2002, n. 27.

SANTOS, Vanicléia Silva. "A redescoberta da África no Brasil: As pesquisas em História da África no Brasil (1992-2012). **XXII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (2012)**: 243-254.

SCHLICKMANN, Mariana, et al. **A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959-1987**. 2015.

SIDONE, Otávio José Guerci, HADDAD, Eduardo Amaral, et MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, 2016, vol. 28, p. 15-32.

TAIWO, Olufemi. Colonialism and its aftermath: The crisis of knowledge production. **Callaloo**, 1993, vol. 16, no 4, p. 891-908.

TRAJANO FILHO, Wilson. Estudos africanos: as experiências com a interdisciplinaridade. ***O Público e o Privado***, 2014, vol. 12, no 23 jan. jun, p. 21-38.

VERGER, Pierre. ***Fluxo e refluxo***: Do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX. Companhia das Letras, 2021.

WAINER, Jacques et VIEIRA, Paula. Avaliação de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e medidas bibliométricas: correlações para todas as grandes áreas. *Perspectivas em ciência da informação*, 2013, vol. 18, p. 60-78.

ZAMPARONI, Valdemir. Os estudos africanos no Brasil. Veredas. **Revista de Educação Pública**, 2005, p. 105-124.